

**Seção de Legislação do Município de Porto Xavier / RS****LEI MUNICIPAL Nº 2.129, DE 01/08/2011****DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

VILMAR KAISER, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO XAVIER, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogadas as [Leis Municipais nº 1.463](#), de 20 de agosto de 2002 e [nº 2.019](#), de 02 de agosto de 2010, passando o Conselho de Alimentação Escolar no Município de Porto Xavier a observar a seguinte redação:

CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE
CAPÍTULO I - CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE - instituído pela [Lei Municipal nº 1.463](#) de 20 de agosto de 2002 e em conformidade com a [Lei Municipal nº 2.019](#) de 20 de agosto de 2002, é um órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA

Art. 2º Aos membros do CAE compete:

- I** - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do [art. 2º da Lei 11.947](#), de 16 de junho de 2009;
- II** - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;
- III** - Zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições de higiene, bem como a aceitabilidade das preparações oferecidas no cardápio;
- IV** - Receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa;
- V** - Participar através de sugestões na elaboração do cardápio;
- VI** - Participar e votar nas reuniões ordinárias e extraordinárias;
- VII** - Elaborar as atas das reuniões desde que solicitadas pelo presidente;
- VIII** - Eleger o Presidente e o Vice - Presidente do CAE.

CAPÍTULO III - DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CAE é composto por 07 (sete) membros efetivos e respectivos suplentes.

- I** - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo Municipal;
- II** - 2 (dois) representantes dentre as entidades docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, 1 (um) representante indicado pelo SIMPOX e 1 (um) professor municipal representante, indicado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- III** - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres ou entidades similares;
- IV** - 2 (dois) representantes de entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica, um representante indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e um representante indicado pela

Pastoral da Criança.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado;

§ 3º Os membros terão mandato de 04 (quatro) anos permitida uma única recondução de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos, conforme Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III, e IV deste artigo.

§ 5º Caberá aos Estados, Distrito Federal e Municípios informar ao FNDE a composição de seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

Art. 4º O Conselheiro suplente será automaticamente chamado a exercer o voto, quando da ausência do respectivo titular.

Art. 5º Será substituído pelo governo ou pela respectiva organização representada, o conselheiro que renunciar ou não comparecer a 3 reuniões consecutivas no ano, salvo se sua ausência ocorrer por motivos de força maior.

Art. 6º Em caso de renúncia ou destituição do conselheiro titular, o suplente da organização representada exercerá a titularidade.

Art. 7º No caso a organização representada indicará o suplente.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DO COLEGIADO

Art. 8º o CAE elegerá, dentre os seus membros, um Conselheiro para atuar como secretário.

Art. 9º O CAE será dirigido por um presidente e Vice Presidente eleitos entre os conselheiros titulares em reunião especialmente convocada para este fim;

Parágrafo único. O Presidente do CAE será eleito e destituído pelo voto de 2/3 (dois terços) dos conselheiros do CAE.

Art. 12. O CAE poderá instituir por prazo determinado, comissão de trabalho para análise, elaboração de propostas, pareceres e recomendações que subsidiarem as decisões do Conselho.

§ 1º Serão compostas por no mínimo de 03 membros indicados pelo conselho e designados pelo Presidente;

§ 2º Terá um relator escolhido entre seus pares a quem caberá elaborar as atas, relatórios e pareceres.

Art. 13. As resoluções dos Conselheiros do CAE serão tomadas em reunião do colegiado.

CAPÍTULO V - DO FUNCIONAMENTO

Art. 14. O CAE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sendo dado conhecimento prévio da pauta do dia aos conselheiros;

§ 1º As reuniões serão realizadas com a presença de maioria simples de seus membros;

§ 2º As reuniões extraordinárias realizar-se-ão mediante convocação do Presidente ou por representação de no mínimo 1/3 (um terço) dos conselheiros;

Art. 15. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas quando se tratar de assunto relevante e de urgência, observando antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 16. As reuniões serão presididas pelo Presidente e em sua falta pelo Vice-Presidente, sendo que em caso de falta ou ausência de ambos, os conselheiros elegerão entre seus pares um presidente para conduzir a reunião.

Art. 17. Os assuntos tratados e as deliberações tomadas serão registrados em atas no livro próprio, a qual será objeto de apreciação na reunião seguinte.

Art. 18. Qualquer matéria a ser apreciada pelo conselho deverá ser encaminhada por escrito, por intermédio de algum de seus membros ou órgão representativo.

Art. 19. Haverá anualmente, no mês de fevereiro, a reunião ordinária para a análise e emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas PNAE apresentada pelo Departamento de Educação.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 20. Os membros do CAE, não receberão qualquer remuneração por sua participação no colegiado e os seus serviços prestados serão considerados para todos os efeitos legais, como interesse público de relevante valor social.

Art. 21. O CAE poderá convidar qualquer pessoa ou representante de órgão público municipal, entidades da sociedade civil, empresas privadas para comparecer a reunião e prestar esclarecimentos quando necessários.

Parágrafo único. As alterações regimentais só poderão ocorrer pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

Art. 22. Os casos omissos não previstos nesta Lei Municipal serão resolvidos pelo Conselho com a presença de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as [Leis Municipais nº 1.463/02](#) e [2.019/10](#).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO XAVIER, EM 01 DE AGOSTO DE 2011.

VILMAR KAISER
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GENI MARIA KOHL SCHROPFER
Secretaria Municipal de Administração